



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil



ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 7

“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



Eixo 7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MR7.1.- Políticas de Saúde, Meio Ambiente e Educação: Desafios latino- americanos

EMENTA

A mesa apresenta as relações intrínsecas entre saúde, meio ambiente e educação, fortalecendo uma visão interdisciplinar na qual a educação, como determinante cultural da sociedade, configura-se como eixo principal nas condições ambientais e de saúde pública dos países. Em segundo lugar a mesa se propõe a analisar a importância da política pública e seus desafios, considerando a necessária transição de uma política centralista para uma descentralizada; e de uma visão setorial para uma inter ou intrasetorial. Por último a mesa se propõe a analisar criticamente os desafios socioambientais da região e as políticas públicas de educação, saúde e meio ambiente elaboradas para responder a aqueles desafios, a partir de uma visão bidimensional, marcando as diferenças entre o discurso da política pública e a ação concreta, que nos assola. Propõe ainda apresentar um caso de política pública local, nacional e regional.

Coordenador: Arlindo Philippi Junior: Universidade de São Paulo - (USP – BRASIL)
Álvaro Cardona Saldarriaga: Universidad de Antioquia - (COLÔMBIA)
Lisardo Osório Quintero: Universidad de Antioquia - (COLÔMBIA)
Ipojucan Calixto: Universidade Positivo (UP - BRASIL)
Daniel Luzzi: Universidade de São Paulo - (USP – BRASIL)
Octávio Elísio Alves de Brito: presidente do Unesco-HidroEX - (UNESCO – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E CRÉDITOS DE CARBONO NO BRASIL: UM OLHAR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Antonio Lorenzoni Neto**).

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL: UMA ESTRATEGIA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO FOMENTO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (auto(es/as): **Fernanda Fonseca da Fonseca**).

SERVIÇO SOCIAL, CULTURA E EDUCAÇÃO: BASES PARA UMA NOVA CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PROFISSÃO NO SÉCULO XXI (autor(es/as): **Gleidson Alves Pantoja**).

UMA CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA PARA A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO (autor(es/as): **Maria Onide Ballan Sardinha**).

GRANDES USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMÉRICA LATINA: O ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO (autor(es/as): **Markus Gustav Fendel**).

GOVERNAÇÃO TERRITORIAL NA FRONTEIRA MERCOSUL: SAÚDE E MEIO AMBIENTE EM DEBATE (autor(es/as): **Maurício Pinto da Silva**).

FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL EN LA COMUNA DE OSORNO: APROXIMACIONES INTERDISCIPLINARIAS (autor(es/as): **Víctor Hugo Venegas Giacomozzi**).

MR7.2. Ministério Público e Políticas Sociais

Coordenador: Saint-Clair Honorato Santos - Procurador Público do Paraná – (BRASIL)
Gustavo Javier Gimena: Procurador Geral da Câmara de Apelação da Província de Tucumán - (ARGENTINA)
Enrique A. Viana Ferreira: Procurador - (URUGUAY)
Nícia Regina Sampaio: Promotora Pública do Espírito Santo – (BRASIL)
Margaret Matos de Carvalho: Promotora Pública do Paraná – (BRASIL)

MR7.4. Soberania alimentar, economia solidária e sustentabilidade: o papel da universidade

EMENTA

Esta mesa propõe o debate sobre o papel da universidade frente aos condicionantes sociais e econômicas que influenciam a cultura, a Soberania, a Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e, por conseguinte, a sustentabilidade dos povos latino-americanos. O fortalecimento das ações em prol de movimentos como: economia solidária, agroecologia, projetos e práticas socioambientais serão pautados de forma a subsidiar e aprofundar o debate. Nesse sentido, serão enfatizadas as experiências que apontem para estratégias e modelos alternativos de convivência e preservação (natureza e cultura) que priorizem o manejo sustentável, o uso e a difusão de tecnologias capazes de fortalecer as unidades políticas e as ações, como um movimento de transformação da sociedade protagonizado por aqueles e aquelas que lutam por uma sociedade mais justa e equitativa no campo e na cidade do continente latino-americano.

Coordenadora: Islândia Bezerra – Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Gracialino Dias: Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Carlos Alberto Cioce Sampaio: Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Julián Perez: Universidade Federal da Fronteira Sul e Rede Ecológica – (UFFS - BRASIL)
Valter Bianchini: Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação no Paraná - (FAO - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) E POLÍTICAS PÚBLICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: UM RETRATO DA EXECUÇÃO DO PNAE NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ (autor(es/as): **Andreia Perussolo Dos Santos**).

MUDANÇA DO HÁBITO ALIMENTAR EM CRIANÇAS SUBMETIDAS A TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO E/OU RADIOTERÁPICO NO HOSPITAL DO CÂNCER DE LONDRINA/PR. (autor(es/as): **Diana Souza Santos Vaz**).

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DOURADOS/MS: UM CONCEITO MULTIVOCAL (autor(es/as): **Magda Luiza Mascarello**).

ARTESANATO UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO PELO TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO LITORAL DO PARANÁ (autor(es/as): **Mayra Taiza Sulzbach**).

FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: RESGATE DA RELAÇÃO SOCIEDADE-AMBIENTE ATRAVÉS DA AGROFLORESTA (autor(es/as): **Regiane Fonini**).

PRÁTICAS ALIMENTARES, IDENTIDADE CULTURAL E SOCIABILIDADE: A COMIDA NO CONTEXTO DAS FESTAS COMUNITÁRIAS (autor(es/as): **Carla Pires Vieira Da Rocha**).



POLÍTICAS PÚBLICAS: A RELAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E OS FAXINALENSES

Adriana Senetra¹
Eliane Lupepsa Costenaro²
Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha³

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo compreender como a agricultura familiar e os faxinalenses em regime de pequenas propriedades, prática típica de localidades interioranas do Paraná, se transformam e vêm se mantendo no contexto atual. Nisso implica também considerar os desafios para o desenvolvimento local frente ao mundo capitalista contemporâneo. A pesquisa parte do levantamento bibliográfico, análises empíricas e leituras pertinentes à composição da agricultura familiar e do apontamento de políticas públicas que contribuem para a permanência dessa prática na contemporaneidade. Partimos da conclusão de que há fatores favoráveis ao desenvolvimento local no meio rural, com ênfase a programas de auxílio, associados à política pública como o PRONAF e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Sobre os dados do autor (a) principal; vinculada a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestranda em Geografia, área de concentração “Gestão do Território”; áreas de interesse Geografia Agrária, as últimas publicações estão vinculadas ao desenvolvimento rural (políticas públicas) e agricultura familiar.

Palavras-chave: Capitalismo; Agricultura familiar; Faxinal; Paraná.

Introdução

As dinâmicas do capitalismo atuam na contemporaneidade em todas as esferas da sociedade. Neste trabalho serão ressaltados alguns pontos principais do contexto histórico do capitalismo, brevemente como surgiu, como ocorrem estas dinâmicas no espaço rural, envolvendo os atores sociais, aqui considerados como os pequenos proprietários agrícolas e os faxinalenses do município de Prudentópolis (PR). Destaca-se a pequena propriedade, a prática da agricultura familiar e o sistema Faxinal. Pretende-se compreender o modo como esta prática sobrevive e se transforma na atualidade. No capitalismo o processo age no setor econômico, social e até mesmo cultural, pois todas as ações realizadas dependem de financiamento, de capital. E toda ação capitalista tem por principal objetivo a obtenção do lucro, e detenção do mesmo, como regulador de todos os processos sociais. A modernização nasceu dessa necessidade de ampliação do

1 Mestranda em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa. asenetra@yahoo.com

2 Mestranda em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.

eliane_lupepsa@yahoo.com.br

3 Professor Orientador, Universidade Estadual de Ponta Grossa. llagc2@yahoo.com.br



poder capitalizado, sendo o principal objetivo aumentar os lucros e diminuir os gastos, principalmente nos setores de produção.

Porém, este cenário está mudando, e outros agentes estão se destacando no meio rural, que por décadas exerciam papéis secundários nos processos econômicos, e que mesmo com suas técnicas peculiares e até mesmo rudimentares, carregadas de símbolos culturais herdados por gerações aliou-se ao recente investimento realizado nas áreas produtoras agrícolas familiares, que devido o seu papel decisivo na produção agropecuária brasileira, tem mudado o olhar a seu respeito. Contribuindo com isso, os censos agropecuários (IBGE, 2006), que fornecem a real dimensão desta agricultura que corresponde a 4.367.902 estabelecimentos familiares, contra 807.587 de não familiar, ocupando 24% da área do território nacional, enquanto que os estabelecimentos não familiares ocupam 75,7% da sua área. Mesmo, em uma área menor, a agricultura familiar, divide seu contingente com pastagens, matas, florestas ou sistemas agroflorestais e então com lavoura. Apesar de cultivar uma área menor com lavouras, a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte de a segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno, atingindo a marca de mais de 70% da produção nacional.

Utilizando como exemplo, em 2006, a agricultura familiar era responsável por 70% da produção de feijão, dentro deste percentual, o Município de Prudentópolis, responde sozinho por 10% desta produção. É considerado um dos maiores minifúndios da região sul, com mais 8 mil⁴ estabelecimentos rurais, baseados especialmente na agricultura familiar, dentre as culturas agrícolas que se destacam está a do feijão, que devido a quantidade produzida, cerca de 40 mil toneladas por ano, coloca o município como o maior produtor de feijão preto do Brasil. E por este exemplo, e pelo exposto acima, que houve os incentivos e criações de políticas públicas que continuem promovendo a produção agropecuária. Porém, não é o suficiente para manter os agricultores familiares no campo, e os censos demográficos (IBGE) demonstram a perda destes contingentes no meio rural.

Mas no município de Prudentópolis – PR, esta realidade se difere de outras regiões, porque o maior número de habitantes ocupam a zona rural.

⁴ Fonte: EMATER, Assessoria de Planejamento. Perfil da realidade Agrícola 2009.



Processo de ocupação do município de Prudentópolis – PR

Primeiramente cumpre-se destacar a localização do município de Prudentópolis e como se deu o seu processo de ocupação por parte de imigrantes ucranianos. Também é importante ressaltar o que se entende por Faxinal.

O município de Prudentópolis⁵ ocupa uma área de aproximadamente 2.308 km², localizando-se ao lado da BR-373 entre Ponta Grossa e Guarapuava, na região Centro-Sul do Paraná (IBGE, 2010). Fica a uma distância de aproximadamente 230 quilômetros da capital paranaense e tem como maioria de sua população 48 mil habitantes, descendentes de ucranianos. Em fins do século XIX milhares de ucranianos transferem-se para o Brasil fixando-se, sobretudo, no Estado do Paraná. A respeito desse contexto, marcado pelas ondas imigratórias, Andreazza (1999) considera que existem fatores de atração e repulsão que contribuíram para a condução destes imigrantes ao Brasil. “De atração desenvolvida nos locais de adoção dos emigrados e repulsão, gerada pelas nuances conjunturais dos países de onde se deslocam os imigrantes” (p. 44). Dentre estes dois fatores, pode-se destacar a decadência do sistema escravista, a necessidade de trabalhadores livres para as lavouras no Brasil e os conflitos internos no continente europeu. O auge do processo imigratório ocorreu em 1895 (ZAROSKI, 2001). O principal aspecto que contribuiu para a vinda desses imigrantes ao Brasil refere-se à política imigratória com o intuito de substituir a mão de obra escrava e ocupar os territórios brasileiros, sob a afirmativa, por parte do Governo, de estarem vazios inabitáveis. Sobre a política imigratória, de acordo com Burko (1963), em 1890 foi regulada a entrada dos imigrantes e a eles distribuídos lotes de terras nas colônias estabelecidas pelo Governo Federal, de acordo com as administrações estaduais.

No século XIX, as características do Paraná apresentavam-se vinculadas a uma baixa densidade demográfica. Também havia o argumento político favorável à imigração, referente à necessidade de diversificar a produção que era baseada no tropeirismo, madeira e erva-mate, para não se correr o risco de haver uma crise de abastecimento de alimentos. “A distribuição de pequenos lotes aos imigrantes, formando colônias próximas, favoreceu a formação de uma nova classe social, a de pequenos proprietários de terras” (BATISTA, 2009, p.32). Além disso, de acordo com Hanicz (2010), ao receberem esses lotes os ucranianos passaram a demarcar seus limites territoriais e simbólicos, o que pressupunha a organização das propriedades, do mundo religioso e cultural. “É no interior

⁵ Visualizar Notas no final do documento. Figura 1 – Localização de Prudentópolis.



desse espaço que o imigrante vai viver a sua religião, falar a língua materna, preparar alimentos da culinária tradicional, ornamentar a casa com os seus santos e decorá-la com elementos de sua cultura” (HANICZ, p.4). Em Prudentópolis os imigrantes ucranianos chegaram num número significativo, sobretudo, em 1896 e 1897 sendo que a maioria dos cerca de 20 mil que chegaram seguiu para os arredores de Curitiba, Prudentópolis e Mallet. Atualmente, boa parte da população prudentopolitana é descendente de ucranianos, conforme dados levantados pela Fundação Cultural de Curitiba em 1995. “Comunidades ucranianas são encontradas em cidades como Prudentópolis (75% da população), Curitiba, Apucarana, Guarapuava, Dorizon, Ivaí, Irati, Pato branco (BOLETIM ROMÁRIO MARTINS, 1995, p. 12).

A compreensão do Sistema Faxinal

Sobre o sistema Faxinal⁶, trata-se de um sistema de produção camponês em que as terras de plantar são separadas da terra de criar. A agricultura faxinalense tradicional baseia-se na produção de gêneros alimentícios como arroz, feijão, milho, batata, mandioca entre outros, que são destinados ao consumo das famílias e também para a venda do excedente. Há ainda a criação extensiva de animais, especialmente porcos, que pode ser considerada como parte da cultura faxinalense, praticada pelos caboclos e, depois, adotada pelos imigrantes europeus, principalmente, por poloneses e ucranianos. De acordo com o artigo 1º do Decreto Estadual de 1997, entende-se por Sistema Faxinal:

O sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola - policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas. (Decreto 3446 – 14/08/1997. Publicado no Diário Oficial Nº 5067.)

É importante ressaltar que o sistema Faxinal tem características próprias que o diferenciam. As terras de criar são separadas das terras de plantar por cercas. “A cerca de madeira lascada, principalmente a imbuia e o pinheiro constituem a “tecnologia” utilizada para a construção e manutenção dos cercamentos nos faxinais” (LUPEPSA, 2008, p. 195). O sistema também possui um princípio de produção próprio, de caráter sustentável. Para Chang (1985),

⁶ Visualizar Notas no final do documento. Figura 2 – Dinâmica do Sistema Faxinal.



O faxinal é um sistema de produção familiar que apresenta os seguintes componentes: a produção animal – criação de animais domésticos, tanto para o trabalho, quanto para o consumo próprio, na técnica "à solta" em criadouros comuns, destacando-se os eqüinos, suínos, caprinos e as aves domésticas; a policultura alimentar – lavouras de subsistência circunvizinhas ao criadouro, destacando-se o milho, feijão, arroz, batata e a cebola e; a coleta da erva-mate – o mate nativo se desenvolve dentro do criadouro e é coletado durante o inverno, desempenhando papel de renda complementar. (pag. 13)

O Sistema Faxinal e sua forma de organização destacam-se pelo seu caráter coletivo no uso da terra para a produção animal. A instância do comunal é consubstanciada, nesse sistema, em forma de criadouro comum. Criadouro este que ilustra o uso do espaço e contribui para a configuração do território faxinalense. A compra constante das suas extensões de terras por proprietários acabou por comprometer a abrangência territorial, eminentemente moldada pelo Sistema Faxinal. Nestes termos, entende-se que esta conformidade desse sistema caracteriza-se pelo uso comunitário do espaço por todos os faxinalenses que ali vivem, sem que necessariamente devam ser proprietários legais. Assim, é fácil que esta conformidade abale-se e a estrutura do Faxinal seja afetada internamente.

Segundo Tavares (2008), a territorialidade faxinalense teria se consolidado na aliança feita, nos Campos Gerais, entre os índios e negros que fugiram da escravidão. Posteriormente o sistema teria incorporado outros camponeses, alguns imigrantes poloneses e ucranianos, e outros que conseguiram fugir da Guerra do Contestado. As práticas sociais comuns e religiosas são, para o autor, o que consolidam o modo de vida faxinalense. Tavares (2008) afirma que os faxinalenses, na contemporaneidade, lutam não só para se manter enquanto "classe para si", mas para reconquistar espaços em seu território comunitário expropriado pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo.

Os faxinais também são estudados no âmbito da História Agrária. Uma obra de referência nessa área é o livro "História agrária: propriedade e conflito" organizado por Márcia Menendes Motta, Beatriz Anselmo Olinto e Oséias de Oliveira, que resultou do III Colóquio de História Agrária, ocorrido na Universidade Estadual do Centro-Oeste em Guarapuava-PR, no ano de 2008. A obra é composta de vários artigos que analisam, entre outras questões, o uso e a posse das terras por grupos, tais como os trabalhadores rurais, indígenas, ex-escravos, caboclos e faxinalenses. Nos últimos anos, estudos em relação ao sistema de Faxinal são desenvolvidos sistematicamente no âmbito do Departamento de História e do Laboratório de História e Cultura dos Faxinais, este último, criado em 2006 na Universidade Estadual do Centro-Oeste – campus de Irati. Além da produção de trabalhos acadêmicos relacionados aos faxinais, são coletadas narrativas



com os moradores das localidades faxinalenses, produzindo, assim, uma importante documentação para se compreender por meio da história esse modo de vida tradicional.

Políticas públicas e desenvolvimento rural

A partir da perspectiva das políticas públicas, tem-se maior destaque a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT⁷. De acordo com o Decreto que a instituiu, seu objetivo geral é o de promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. O setor social que mais lutou em prol dessa política de amparo a esses povos denominados tradicionais se trata principalmente dos próprios faxinalenses, quilombolas e indígenas, enquadrados nessa categoria, denominada “tradicional”. Com vistas a envolverem-se com a organização da questão de terras e das condições de vida dos faxinalenses, órgãos governamentais e não governamentais também interferiram. Como exemplo houve a criação da “Rede Faxinal” criada em julho de 2004 para atuar na defesa e promoção das terras e povos do Faxinal. Esta rede envolve órgãos do governo, de instituições de ensino e de organizações não governamentais.

Não obstante, é importante destacar a noção de política pública aqui empregada. Compartilha-se da definição de Di Giovanni, que pensa,

A política pública como uma forma, contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal. (DI GIOVANNI, 2009, p. 3)

Isso implica considerar que uma política pública não se restringe meramente a intervenção do Estado numa situação problemática. De acordo com Pereira (2008), “implica, simultaneamente, intervenção do Estado, envolvendo diferentes atores (governamentais e não-governamentais), seja por meio de demandas, suportes ou apoios, seja mediante o controle democrático já referido.” (p.96) A política pública corresponde, portanto, a uma forma de interação entre o Estado e a sociedade, nesse

⁷ Instituída pelo Decreto Nº 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007 - DOU 08.02.2007.



sentido, compete às organizações governamentais e não governamentais em conjunto com os atores sociais, faxinalenses e pequenos agricultores constituírem planos de desenvolvimento locais.

Mesmo no contexto atual a discussão de desenvolvimento não encontra um conceito definido. Defendido por vários autores basicamente como o desenvolvimento ligado à modernização e esta ligada ao capitalismo, dando a entender que uma é complemento da outra. Lipietz (1991) defende que são vários elementos que constituem o desenvolvimento, a acumulação como resultado da regulação, tendo como base a organização, ou seja, é o conjunto que constitui um modelo de desenvolvimento, e não propriamente o desenvolvimento.

O processo do capitalismo atua nos setores econômico, social e cultural, pois, todas as ações realizadas dependem de financiamento. Esta ação capitalista age como regulador de todos os processos sociais. A modernização nasceu dessa necessidade de ampliação do poder capitalizado, sendo o principal objetivo aumentar os lucros e diminuir os gastos, principalmente nos setores de produção. Neste processo, os vários setores da sociedade foram inundados por inúmeras transformações e adequações conforme o mercado mundial exigia.

E dentre os marcos mais importantes da evolução do capitalismo e sua mundialização, a revolução industrial inaugurou no último quarto do século XVIII uma nova fase no capitalismo, onde a partir daí novos ganhos significativos de produtividade de trabalho só poderiam ser atingidos se o corpo humano pudesse ser substituído por um mecanismo muito mais poderoso. As novas técnicas de produção são tão superiores em relação às antigas que o pequeno empreendedor acaba sendo totalmente expulso de um ramo após o outro. Assim, muitos camponeses perdem suas terras e emigram para a cidade se proletariando. Desta forma, o grande avanço técnico passou a exigir capitais crescentes para sua aplicação.

Mas, a forma organizacional e a técnica de produção em massa padronizada em grandes volumes não foram muito bem aceitas e convertidas com facilidade para o sistema de produção flexível que agora trabalha num sistema de produção manufatureira, com variedade de bens e preços baixos (HARVEY, 1993). E através desta nova configuração do sistema de produção pode não parecer, mas o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado devido à dispersão e da mobilidade geográfica às respostas dos sistemas de produção e consumo.



Desde então, as trocas mercantis passaram a ser planetárias e nenhum país escapa desta realidade. A globalização se efetua por uma globalização dos mercados, inclusive no âmbito dos bens culturais (WARNIER, 2000, pág.65).

Todas essas mudanças e sistemas ocorrendo, gera pontos negativos para a sociedade e diante disso, segundo Peet (2007), flexibilidade do mercado de trabalho significa, “atacar os sindicatos, pagar salários mais baixos e eliminar as poucas leis que possam existir para proteger os trabalhadores” (pág. 21). Nessa perspectiva, vivencia-se hoje um mundo altamente competitivo, no que diz respeito aos campos produtivos e de conhecimento, das políticas governamentais e da promoção de valores culturais. Fatores como,

A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias e (até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito (HARVEY, 1993, pág.152).

A estrutura deste sistema financeiro global torna-se muito complexo. Os bancos, corretoras, financiamentos, por exemplo, tornaram-se funções muito poderosas. Os novos mercados de produtos, de ações, de moedas e também de dívidas espalharam-se por todo o mundo. O uso de computadores e das telecomunicações eletrônicas teve um papel fundamental na coordenação dos fluxos financeiros, quebrando barreiras de ordem temporal, espacial e de moedas. Nesse sentido, Harvey (1993) afirma que, “esse espantoso mundo das altas finanças envolve uma variedade igualmente espantosa de atividades entrelaçadas [...]” (pág.154). Nesse contexto deu-se ênfase, às descobertas de maneiras alternativas de obter-se lucro. As estratégias de interesses corporativos variam da contabilidade à monitoração de mercados internacionais, neste sentido buscando tirar proveito das variações dos valores das moedas e das taxas de juros. Atualmente cabe ao Estado regular o capital corporativo no interesse da nação e também ao interesse nacional, criar condições para atrair o capital financeiro global. Para comprovar isso, sem dúvida podemos citar a teoria do poder da elite que diz, segundo PEET (2007), “os governos agem no interesse do capital” (pág. 24).

É pertinente ressaltar que as tendências organizacionais e de acumulação capitalista que Marx relatava em suas obras, sendo estas ainda hoje peças fundamentais de todo modo capitalista de produção características da acumulação flexível. Segundo Marx, o sistema capitalista não garante meios de subsistência a todos os membros da sociedade, ou seja, gera desigualdades. Assim a sociedade como um todo sofre as conseqüências, quem não é dono dos meios de produção é obrigado a trabalhar em troca



de um salário, nesse sentido já se percebe as desigualdades. Muitos trabalhadores não têm acesso a produtos que eles mesmos ajudaram a produzir. Conforme Peet (2007), “democracia, emancipação, desenvolvimento, progresso são belos princípios corrompidos pela forma social adotada pela modernidade – quer dizer, capitalismo” (pág. 34).

Mas as estratégias de desenvolvimento só se constituem com os processos de modernização, de acordo com Furtado (1992) citado em Maluf (2000), nas teorias de desenvolvimento, a assimilação de novas técnicas e o aumento da produtividade conduz à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social, e ao contrário a teoria do subdesenvolvimento, os processos citados anteriormente não levaram a homogeneização social, ainda que tenham elevado o nível médio de vida. Sobre esses argumentos Lipietz (1991) afirma, “um modelo de desenvolvimento só consegue vingar se suas promessas coincidem com certa concepção possível de felicidade (pág. 29)”. Isso faz com que muitas culturas se percam, muitos usos e costumes de povos se percam, sob a influência globalizada de estilos, lugares, imagens, viagens internacionais, e pela mídia, e segundo HALL (2006), causa o fenômeno de identidades desvinculadas - desalojadas dentro desse mundo tendencioso e consumista.

No espaço rural, o desenvolvimento não poderia estar de fora, já que as transformações que acontecem nos sistemas econômicos também afetam o rural, direta ou indiretamente. No Brasil, o campo foi entendido como local exclusivo do desenvolvimento agropecuário, até recentemente (NEVES, 2007). Conforme Wanderley (2000),

Nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependera, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda “ressignificação” de suas próprias funções sociais (pág. 4).

Ou seja, desenvolvimento é igual à atração, que será igual a outras atividades. E, “quanto maior a identidade, a institucionalidade ou o capital humano, mais possibilidades de desenvolvimento” (GOMEZ, 2007, pág. 51). Além desses fatores, há outros conforme Pires (2007), “valores sociais também desempenham papéis preponderantes nos processos nacionais de desenvolvimento” (pág. 62). Necessitando, portanto, atribuir ao meio rural atividades diversificadas daquelas praticadas, como por exemplo, uma única cultura ou agropecuária.

Atualmente, essas mudanças estão ocorrendo principalmente nas pequenas propriedades, na agricultura familiar que corresponde à capacidade de o produtor criar situações que o coloquem em vantagens frente aos padrões de competitividade (NEVES,



2000). Estas situações são realizadas em primeiro plano, para sua própria subsistência, ou seja, incorporar atividades para sua sustentabilidade e de seus familiares e, além disso, complementar sua renda quando as atividades agrícolas não conseguem suprir o sustento do agricultor. Esta prática é considerada uma relativa autonomia em relação à sociedade global, que também pode abranger outros vieses, conforme Wanderley (2001) “a autonomia é demográfica, social e econômica” (pág. 24).

E em relação ao pequeno proprietário, é difícil caracteriza - lo mesmo estatisticamente com dados numéricos fundados em área apropriada ou volume de produção, porque as condições no contexto brasileiro variam consideravelmente de uma região para a outra região, de um gênero de cultura para outro. Mas de uma forma geral, podemos considerar pequeno proprietário - como um lavrador de pequenas posses, que trabalha ele mesmo na sua propriedade, ajudado pela família e quando muito recebe ajuda de pessoas que socialmente não pertencem a uma categoria muito diversa da dele. Neste contexto ainda se insere o agricultor familiar que também é considerado um pequeno proprietário, e seu conceito de maneira genérica é entendida como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2001, pág. 23). Contudo, essa categoria assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 2001).

O espaço rural é caracterizado como um meio de exploração agrícola, um espaço que se opõe ao urbano (FAJARDO, 2005). No espaço rural, há as interações com o meio, pois o homem necessita dos recursos naturais para a própria produção agrícola, e o solo é à base dessa produção. Mas segundo Fajardo (2005) “ele não pode existir fora das condições naturais (...) comportando uma maior parte de elementos naturais como relevo, clima, solo, águas, vegetais e animais” (p. 33). Porém, esta interação gera impactos ao meio ambiente, e quando empregada em larga escala, as produções agrícolas ocasionam grandes danos para esses recursos. Atualmente presenciamos inúmeros casos de exaustão de determinados recursos naturais (solo, vegetação, água) que se deve a uma apropriação desregrada da natureza com caráter predatório e degradador, num processo constante de alteração das paisagens. Já na produção agrícola em menor proporção, sob os preceitos de uma produção sustentável, ainda há um equilíbrio e um controle neste meio. Os elementos (instrumentos e técnicas) são guiados por uma visão de mundo construída por uma experiência com o meio, típica do homem do campo, que possui uma percepção singular do meio em que vive e que é guiado por uma intuição, que o faz valorizar ou desvalorizar determinada paisagem. Na



medida em que a relação entre ambos (agricultor e meio) torna-se harmoniosa, menos profundas são as alterações no meio físico local, e maior é a valorização atribuída pelo agricultor a esta paisagem que é internalizada por ele. Contribuindo a isso, Claval (2007) completa,

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades e através das técnicas que permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia (pág. 219).

Com o avanço da agricultura, a modernização de equipamentos e incentivos políticos para a prática da agricultura em larga escala, o pequeno proprietário que não possui recursos suficientes para acompanhar as transformações do campo, acaba sendo excluído. Mas isto ocorre principalmente nos países em desenvolvimento onde suas economias são voltadas para os setores que oferecem mais lucros, conforme Gonçalves (2008):

Em economias periféricas como Latino-Americana, em especial em economias como a do Brasil, manteve-se a tradição da concentração fundiária e o controle e força política da elite nacional, pois pouco se avançou no sentido da justa distribuição da terra e na promoção da agricultura camponesa. Pelo contrário, reforçou-se seu processo de exclusão e priorizou-se um desenvolvimento acelerado do capitalismo no campo, do trabalho assalariado e das grandes propriedades do agronegócio (Pág. 15).

A pequena propriedade no Brasil foi implementada em decorrência de fatores políticos e econômicos ocorridos no país e em âmbito mundial, o principal fator foi o incentivo à imigração, para o povoamento do território nacional, destacamos o paranaense. Em relação à pequena propriedade agrária, a ação pioneira na agricultura, coube invariavelmente ao grande domínio, à grande propriedade. Esta última que se instala primeiro, é a que abre as frentes de exploração, ao contrário da pequena lavoura originária quase sempre do retalhamento de antigas fazendas.

Este retalhamento se deu a partir da vinda da corte ao Brasil, mostrando-se a necessidade de implantação da pequena propriedade, pois esta “devia desenvolver-se ao lado da grande propriedade, ser subsidiária desta e não concorrer com ela no mercado de trabalho” (PETRONE, 1984, p.17). Além disso, posto em prática a idéia, juntamente com um interesse maior – a ocupação do território, fixação da nação e a fiel representação de “poder sobre a nova nação”. Sobre a política imigratória no contexto do século XIX, Burko (1936) afirma que:



Foi nos primórdios do vigente regime republicano que a política de imigração e colonização teve o seu pleno desabrochar. Um decreto do Govêrno provisório, baixado em Junho de 1890, que vigorou por quatro anos, regulava a entrada dos imigrantes, concedendo-lhes passagem gratuita com subvenções conseqüentes às Companhias marítimas para o seu transporte e distribuindo aos recém-chegados lotes de terras nas colônias estabelecidas pelo Govêrno Federal, de acordo com as Administrações estaduais. Esse serviço era desempenhado pelo Inspetorado Geral de Terras e Colonização, em colaboração com delegacias dos respectivos Estados (pag. 43-44).

A pequena propriedade passa a ocupar então os “espaços vazios”. Estes espaços são denominados no âmbito político ou pelo Governo como vazios demográficos, “no discurso português, porque a região já era ocupada pelos indígenas” (SILVA, 2007, p.45). Esta denominação de vazios demográficos ou sertão (BERNARDES, 1952) é um argumento favorável à ocupação do Paraná pelos imigrantes. De acordo com Lupepsa (2010), estes anseios do Governo além do interesse pela força de trabalho e de um povoamento e transformação territorial, pressupunham também uma mudança na estrutura agrária:

As autoridades alimentavam a esperança de que a estrutura da agricultura paranaense fosse modificada pelos imigrantes europeus, portadores de tradições e técnicas mais evoluídas. Os colonos europeus teriam a missão de compensar o atraso e as técnicas elementares utilizadas pelo elemento local, ou seja, o caboclo. (CHANG, 1985, pag. 34)

Nesse processo de ocupação, a terra foi sendo valorizada e seus proprietários passaram a compor uma camada intermediária entre os latifundiários e os escravos, incorporando ao mesmo tempo o mercado consumidor e a mão-de-obra. Também coube a esta camada diversificar a produção agrícola para abastecer os grandes domínios monocultores e as populações urbanas, pois a grande propriedade se ocupava da produção para o mercado de exportação.

E diferentemente da agricultura patronal, onde a atividade se torna um negócio, uma especulação, como seria outra atividade qualquer, comercial ou financeira, este não se liga a terra. O agricultor de pequena propriedade, ao contrário, para ele a terra é o centro de suas atenções, não com vistas apenas a um momento de sua vida, mas visando também uma série interminável de sucessores que virão depois dele. Atribuindo a isto, Wanderley (2001) defende:

Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa tem como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Garantindo a essa as condições de sua sobrevivência (pág. 27).



No cenário nacional, tomando como exemplo e reforçando a tese da pequena propriedade, o estado do Paraná, antes da colonização européia, apresentava dinâmicas bem particulares, com baixíssima densidade demográfica e baixa produção na agricultura. Poderíamos dizer que os lugares onde foram estabelecidos os colonos se assemelham a um mundo descrito por Santos como: “um mundo sem movimento, um mundo lento, estável (...)”. As relações sociais presentes eram pouco numerosas, e eram também relações simples e pouco densas (SANTOS, 2006, p. 14-15), ou seja, o funcionamento dessas colônias estava ainda muito ligado às condições naturais destes lugares.

Um dos fatores limitantes para o desenvolvimento das colônias agrícolas é o “isolamento geográfico”, reforçado pelas condições físico-geográficas dos lugares para os quais os colonos europeus foram encaminhados, ou seja, lugares cuja morfologia do relevo dificultava a abertura de estradas, o acesso aos núcleos coloniais, o trabalho na agricultura e a saída desses colonos e de seus produtos para outros lugares. Porém, muitos colonos resolveram com iniciativas próprias essas dificuldades, com iniciativas associativas, mantinham uma vida religiosa, escolas para os filhos e acima de tudo, trabalhavam em comunidade, diminuindo o tempo da plantação e da colheita para todos. Se tornando donos dos próprios meios de produção, e por conta deste isolamento, também mantiveram suas técnicas e costumes.

A partir da década de oitenta do século XX, quando começam a ser revalorizados os conhecimentos das comunidades rurais (em específico as tradicionais), há o surgimento e expansão de movimentos socioambientais preocupados com a conservação e a melhoria das condições de vida da população rural. Tais movimentos são motivados pela crescente acumulação de evidências empíricas, mostrando a inadequação dos sistemas produtivos modernos para realizar um uso correto dos recursos em áreas de difícil manejo agrícola.

Os saberes das comunidades rurais derivam das limitações impostas pelas condições naturais, tendo nesse sentido uma grande capacidade para se adaptar às especificidades do ambiente. O desenvolvimento de um sistema de conhecimentos tradicionais é coerente, portanto, com a manutenção e uso dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 1999). A representação dos elementos naturais por uma comunidade rural está ligada à forma como esta coletividade se apropria da natureza, a partir do momento que passa a modificá-la por meio de suas práticas produtivas.

Este modo de vida dos agricultores resiste até os dias atuais e o fato de não conseguirem promover o avanço tecnológico em suas áreas é que os torna peculiares. A



agricultura familiar em regime de pequenas propriedades e o modo de produção dos faxinais tem apoios favoráveis à sua permanência. E uma das razões explica Oliveira (1996) “são esses estabelecimentos camponeses que respondem por mais de 70% do volume total da produção agropecuária” (pág. 468).

No caso dos pequenos agricultores contam com inúmeras iniciativas, porém destacamos o incentivo de créditos agrícolas, melhor representado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que surge primeiramente como Custeio e Investimento, só então surge o Decreto nº. 1946/96, que institui o Programa. O PRONAF contribui à obtenção de créditos dos pequenos agricultores que detêm de poucos recursos econômicos, e possui uma pequena propriedade de produção voltada para subsistência e empregam a mão-de-obra familiar. Considerando o que foi mencionado anteriormente e atribuindo atualmente a valorização do agricultor familiar, devido sua importância e destaque em suas produções no cenário nacional, é inegável, portanto a relevância da agricultura familiar na agropecuária brasileira. Partindo deste pressuposto, criaram-se políticas públicas voltadas especificamente a esses atores. Inclusive a manutenção destes créditos é realizada por um ministério específico o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), assim como a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). E inclusive, mais recentemente a criação da Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Sendo assim, o último censo agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, atribui a lei na elaboração da coleta de dados, diferenciando os estabelecimentos de agricultura familiar, dos não familiares de acordo com os artigos da lei 11326/06.

Em relação aos faxinalenses são auxiliados com programas de recursos de amparo aos povos tradicionais, como o ICMS Ecológico, garantido a partir da implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. O PRONAF contribui à obtenção de créditos dos pequenos agricultores que detêm de poucos recursos econômicos, e possui uma pequena propriedade sua de produção voltada para subsistência. Estes recursos incentivam os produtores a permanecerem no campo, criarem novas formas de produção, desenvolver associações, que os beneficiem em conjunto, elaborando atividades até mesmo, coletivas. Já o ICMS Ecológico, trata-se de um recurso que é repassado na forma de materiais que beneficiam as comunidades faxinalenses, tudo dentro do plano de aplicação feito por elas. Nenhuma comunidade recebe dinheiro, mas sim, bens materiais. Como exemplos desses materiais têm-se elementos para a manutenção das cercas, mata-



burros, bueiros, e outras atividades que têm sido oferecidas aos faxinalenses como inseminação artificial aos animais, cursos, reativação de viveiros na comunidade.

Além de considerarmos a política pública como um fator preponderante que contribui para a permanência dos agricultores e dos faxinalenses no campo tem-se ainda, alternativas que auxiliam nesse propósito de conservação. Contudo, a política pública corresponde, portanto, a uma forma de interação entre o Estado e a sociedade, nesse sentido, compete às organizações governamentais e não governamentais em conjunto com os atores sociais - pequenos agricultores, faxinalenses - constituírem planos de desenvolvimento locais.

Esses atores se deparam com caminhos diversificados aos praticados no campo, vê-se em muitos casos que prática tradicional da agricultura já não é tão prevalente, um exemplo recente disso, é a disseminação do turismo rural, representando uma garantia de mais de lucro para o agricultor e sua família, além de promover a valorização da cultura local, principalmente no que tange à sua forte ligação com a terra e o seu sentido de pertencimento a ela.

Considerações finais

Por meio desse trabalho nos propusemos a analisar a questão correspondente ao desafio de permanência do homem no campo como uma difícil meta no contexto do capitalismo, partindo de autores que contribuíram para esta temática. Com a intenção de fazer algumas reflexões a cerca da postura do pequeno agricultor e do faxinalense na atualidade e a partir dessa temática contribuir para estudos futuros, já que este é um tema que não se encerra apenas nas questões aqui destacadas.

O regime do capitalismo, abordado sucintamente nesse trabalho possui dinâmicas complexas, foi enfatizada principalmente a participação dos agentes no meio rural, como tentativas de valorização da sua terra e permanência, marcadas pela agricultura familiar e pelo sistema faxinalense. Esses aspectos nos permitiram investigar como ainda se mantêm práticas tradicionais de subsistência, mesmo com a crescente corrida em busca do lucro do capitalismo já arraigado também no campo.

Constata-se, por fim, que estes espaços rurais locais, sofreram transformações, foram atingidos pelo capitalismo, no primeiro momento se tornaram excluídos, por não acompanharem as transformações, ou seja, a modernização do campo. Porém, com incentivos e políticas públicas voltadas ao setor e principalmente a crescente valorização da diversidade e heterogeneidade, que estes espaços locais fornecem este cenário



começou a mudar. Os incentivos fiscais/econômicos recebidos, por meio de programas como o PRONAF e o ICMS Ecológico, direcionaram estes agentes, para sua própria organização através de associações, cultivos de produtos diferenciados, práticas agrícolas que não demandam de elevada mão-de-obra. A agricultura familiar gera a sustentabilidade, pois, vai atender a mercados consumidores que valorizam produtos distintos, tais como os orgânicos, o turismo rural também se destaca como alternativa de aproveitamento do espaço rural.

Referências Bibliográficas

ANDREAZZA, Maria Luiza (1999) **O paraíso das delícias: um estudo da imigração ucraniana 1895-1995**. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

BATISTA, Fábio Domingos; IMAGUIRE, Marialba Rocha Gaspar; CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães (2009) **Igrejas ucranianas: arquitetura da imigração no Paraná**. Curitiba: Instituto Arquibrasil/Petrobrás Cultural.

BERNARDES, Nilo (1952) Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n°14: out./dez.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS (1995) In: BORUSZENKO, Oksana. **Os Ucranianos**. 22 Ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. Vol.22, n°108: out.

BURKO, Valdomiro N. (1963) **A imigração ucraniana no Brasil**. Curitiba

CHANG, M. Y. (1985) **Sistema Faxinal: Uma Forma de Organização Camponesa em Desagregação no Centro-Sul do Paraná**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

CLAVAL, Paul (2007). **A geografia cultural**. 3° ed. Florianópolis: UFSC.

DIEGUES, A. C; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A.; ANDRADE, D. (1999) Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade. Nupaub-núcleo de pesquisas sobre populações



humanas e áreas úmidas brasileiras. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo.

DI GIOVANNI, Geraldo (2009) As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de pesquisa**. Nº. 82, Unicamp: NEEP.

FAGARDO, S. (2005) Paisagem Rural e Território Econômico: possibilidades de leitura do espaço geográfico. In: XIV Semana de Geografia, número 3, 2005, Guarapuava. **Anais**. Guarapuava: UNICENTRO, p. 31-39.

GOMEZ, J. R. M. (2007) Desenvolvimento em (des) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNADES, B. M; MERQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C, (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular.

GONÇALVES, Sérgio (2008) **A luta na Terra**. Os assentamentos do MST e o desenvolvimento do município de Querência do Norte/ PR. Presidente Prudente.

HANICZ, Teodoro (1996) **Religião, Rito e Identidade**: Estudo de uma Colônia Ucraniana no Paraná. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

HARVEY, David (1993) A transformação político – econômico do capitalismo no final do século XX. In: _____. **Condição pós – moderna**. São Paulo: Loyola.

HESPANHOL, A. N. (2007) O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNADES, B. M; MERQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C, (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Banco de dados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/htm1>>. Acesso em 03/09/2011.

LIPIETZ, Alain (1991) **Audácia**: uma alternativa para o século 21. São Paulo: Editora Nobel.



LUPEPSA, Eliane Crestiane; SHÖRNER, Anselmo (2010) Organização socioespacial: faxinalenses e agricultores Jesuíno Marcondes, Prudentópolis/PR (1987-2007). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem** (TEL). Vol.1, n° 3: set./dez.

_____(2008) Práticas culturais de imigrantes ucranianos. In: SOCHODOLAK, Hélio e CAMPIGOTO, José Adilson (Orgs.). **Estudos em História Cultural na Região Sul do Paraná**. Guarapuava: Unicentro.

MALUF, R. S. (2000) Atribuindo sentido(s) á noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**. N° 15: 53-86.

NEVES, D. P. (2007) Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNADES, B. M; MERQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C, (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular.

OLIVEIRA, Ariovaldo V. (1996) Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S (org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp.

PEET, R. (2007) Imaginários de Desenvolvimento. In: FERNADES, B. M; MERQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C, (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular.

PEREIRA, Potyara Amazoneida (2008) Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al (orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez.

PETRONE, M. T. S. (1984) **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense.

PIRES, E. L. S. (2007) As lógicas espaciais e territoriais o desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNADES, B. M; MERQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C, (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular.

SANTOS, M. (2006) O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, M; BECKER. B, (orgs).



Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A.

SILVA, Márcia da (2007) **Análise política do território:** poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná. Guarapuava: Unicentro.

TAVARES, Luis Almeida (2008) **Campesinato e os faxinais do Paraná:** as terras de uso comum. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo.

ZAROSKI, Nelson Gilmar (2001) **A utilização do tempo pelos imigrantes ucranianos de Prudentópolis 1940-1960.** Monografia de História, Universidade Federal do Paraná.

WALL, Stuart (2006) **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A.

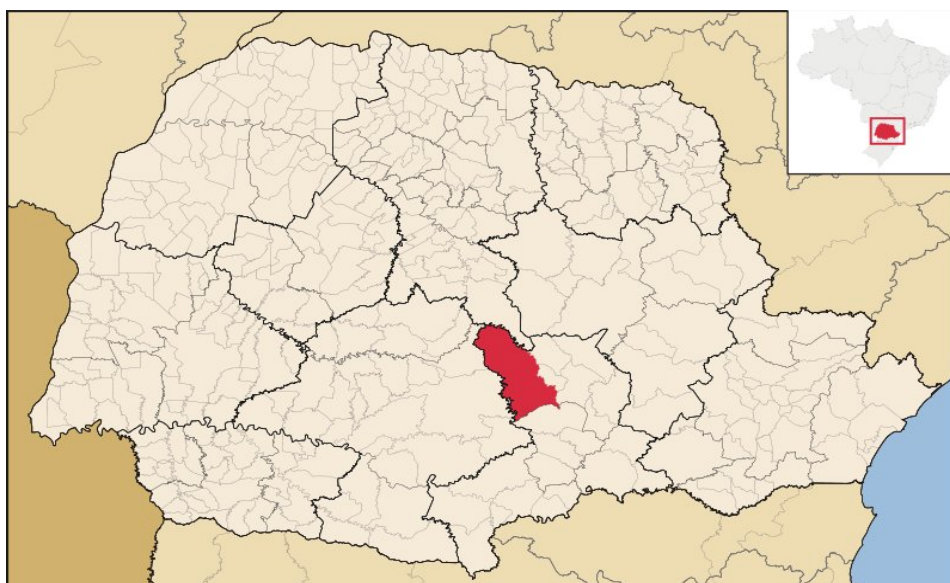
WANDERLEY, M. N. B. (2000) A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura.** N°15: 87-145.

_____(2001) Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, I. (org). **Agricultura Familiar:** realidades e perspectivas. 3ª Ed. Passo Fundo: UPF.

WARNIER, Jean-Pierre (2000) **A mundialização da cultura.** São Paulo: EDUSC

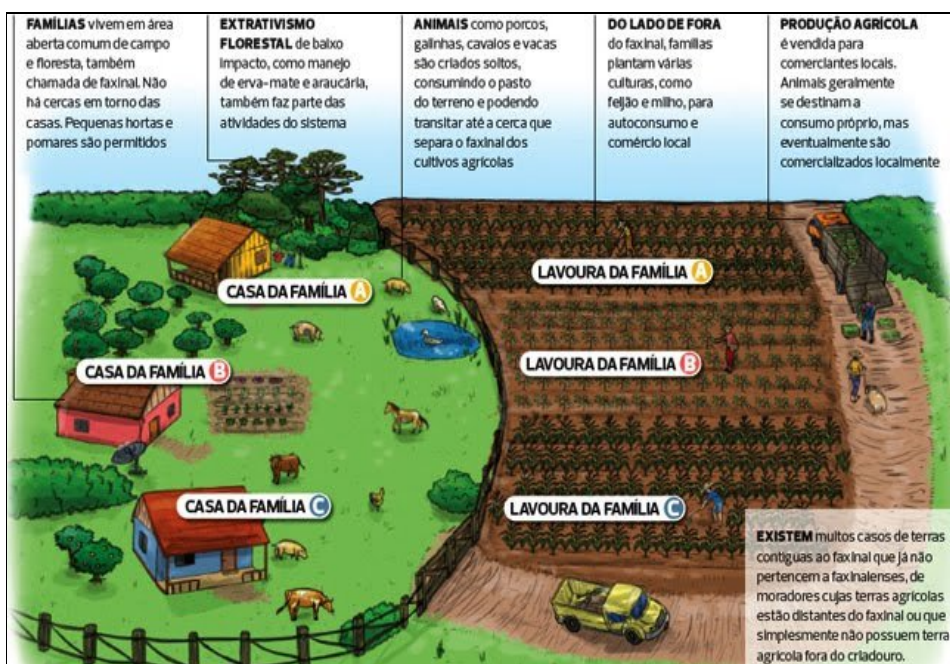
Notas

Figura 1 – Localização de Prudentópolis – PR



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Parana_Municip Prudentopolis.svg. Acesso em 24/06/2012.

Figura 2 – Dinâmica do Sistema Faxinal



Fonte: <http://coloniasustentavel.blogspot.com.br>. Acesso em 24/06/2012.